

A sucessão e as perspectivas

RODOLFO BONFIGLIOLI

Vivemos atualmente dias de apreensão. A crise brasileira, cuja gravidade tem sido suficientemente ressaltada, não se restringe às complexas questões que afetam o plano econômico-financeiro de nossa realidade. De forma inequívoca, expõe também seus determinantes no plano social, derivados do acúmulo prolongado de problemas afeitos à educação, à saúde pública e à habitação, para citarmos alguns exemplos.

Consequência inelutável, a configuração política do atual Governo passou a ser crescentemente premissa da exacerbação das dificuldades naqueles dois planos mencionados. Tanto mais, quanto menos permeável se tornava ao correto equacionamento de suas causas e à busca de suas efetivas soluções. Uma vez, porém, concluído o processo sucessório, que concentra momentaneamente as energias políticas do País, nos encontraremos em futuro próximo ante a impostergável necessidade de enfrentarmos, sem subterfúgios ou dissimulações, os diversos problemas que nos afetam.

Sob pena de se aprofundarem perigosamente as dissensões que já definiram contornos na presente conjuntura, impor-se-á, de imediato e como pano de fundo à superação de todos os pontos críticos de nossa realidade, a retomada e a sustentação contínua de um crescimento econômico a taxas mais elevadas.

Face a esta necessidade, abrem-se duas alternativas de encaminhamento, que podem ser cruciais aos destinos da sociedade brasileira. Pois o Estado poderá, ou não, aliar ao seu indispensável papel de coordenador estratégico da retomada econômica uma indesejável participação empresarial, execu-



RODOLFO MARCO
BONFIGLIOLI é
Presidente da
Corporação
Bonfiglioli

va, em áreas que possam ser ocupadas pela livre iniciativa.

Nesse sentido, dependendo de qual venha a ser a diretriz adotada pelo próximo Governo, maior ou menor será a possibilidade de a empresa privada preencher os espaços que a recuperação da economia certamente reabrirá. E, nessa medida, mais ou menos abrangente também será a difusão de seus reflexos positivos sobre a nossa vida econômica, política e cultural.

Tais reflexos, convém lembrar, não se resumem à notória superioridade em eficiência que a empresa privada ostenta quando passível de comparação com as empresas estatais. Além do campo econômico, também no político as consequências são igualmente importantes: maior a predominância da livre iniciativa, menor a concentração de poder econômico em mãos da restrita burocracia estatal e, portanto, mais sensível a super-estrutura política às reivindicações da sociedade. Menos visível, porém não menos relevante, a liberdade no empreendimento privado garante espaço e estímulo à projeção de inovações, contribuindo assim para a contínua renovação e modernização técnica, institucional e, por consequência, cultural do País.

Fica claro, então, que, dentre as muitas responsabilidades de nosso futuro Presidente, destaca-se a de eliminar os desvios e reconduzir o Estado ao seu papel precípuo de coordenador, e não de agente exe-

cutor, do desenvolvimento econômico. Que nos sirva de exemplo o ocorrido durante a década passada, quando a progressiva ingerência empresarial do Estado resultou, como todos sabemos, em seu desbordamento de atividades onde se poderia justificar o volume de sua presença para muitas iniciativas inconseqüentes, que só contribuíram para o descontrole orçamentário das contas públicas. Lembre-se que, calcada em excessiva auto-confiança, inerente à moldura autoritária que a contextualizava naqueles anos, a administração governamental inverteu as medidas: sacrificou o exercício de um planejamento aberto à cooperação dos vários segmentos da sociedade brasileira, optando por um pragmatismo que, atrelado às necessidades executivas do Estado investidor, veio a se revelar não de todo responsável.

Evitando repetir os erros do passado, o futuro líder da Nação precisará realocar as atividades estatais no sentido aqui preconizado e lançar sua administração muito além dos interesses grupais ou partidários, filtrando e compondo, com independência e firmeza individual, decisões que atendam aos reclamos dos setores sócio-econômicos até agora mais sacrificados. Por outro lado, e para que possa dar consistência e estabilidade à reativação econômica, importante se fará a busca de apoio e credibilidade junto à classe empresarial, responsável pela materialização dos investimentos necessários à reativação mencionada.

O Brasil, país jovem, fértil e industrializado, aguarda um estadista que corresponda a suas amplas potencialidades. Aguarda um líder que demonstre grandeza, dinamismo e mestria política capazes de reintegrar a sociedade brasileira, promovendo o País à condição de nação civilizada.